

# Identidade nacional, Estado democrático e educação para a cidadania

*Augusto Santos Silva*

*Secretário de Estado da Administração Educativa*

---

\* Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Cidadania, Educação e Defesa 2000”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Janeiro de 2000.

Proponho-me fazer uma pequena reflexão, no registo prospectivo, mas sem perder de vista que o tema do nosso painel é “A Educação para a Cidadania no Sistema Educativo em Portugal”. Identificarei sobretudo pontos críticos ou dificuldades e, portanto, também desafios à nossa reflexão: esta é uma ocasião de troca de ideias e de reflexão e não propriamente de planificação imediata de acções a tomar. Escolherei uma dimensão específica da nossa formação cívica, que, definirei nestes dois termos: a relação dos Portugueses consigo próprios e a relação da sociedade portuguesa com o seu Estado. Para designá-los, usamos, consoante as opções de terminologia e filiação doutrinária, palavras como: nação, pátria, identidade, imagem e representação colectiva.

Quem somos nós? Qual o nosso valor? Como nos organizamos? São perguntas decisivas para a experiência da cidadania e da educação para a cidadania. Há aqui uma questão que muitas vezes é contornada a título quase de tabu ou interdito, que é a questão da Nação portuguesa e do modo como essa nação se relaciona com o Estado, o modo como Nação e Estado se relacionam como identidade colectiva construída no fio dos séculos e que gostaria de abordar num quadro democrático, isto é, não limitado a *herdar* as tradições e ligando o pensamento à acção.

Como é que podemos articular as questões da identidade cultural e da cidadania e relacionar a comunidade social e cultural com o Estado, enquanto nossa comunidade política?

No que diz respeito ao primeiro plano, estamos, evidentemente, perante uma *dinâmica*. A identidade é culturalmente fundada no sentido em que se constrói na espessura temporal. Constrói-se em relação a valores partilhados, embora os entendimentos do que são esses valores e do modo como devem ser partilhados sejam plurais e contrastantes, e cada vez mais à medida em que as sociedades se modernizam, se democratizam e se complexificam. A identidade tem a ver, decerto, com a tradição, mas a tradição é dinâmica e não se opõe necessariamente à mudança, antes muda com a mudança, e serve, tantas vezes, de instrumento essencial às populações, para gerirem, tanto quanto podem gerir, os processos de mudança em que estão envolvidas. Os historiadores gostam de designar, segundo uma forma bem braudeliana, esta fundação temporal das identidades como um trabalho da longa duração”. Ora, a longa duração interage dialecticamente com o tempo da conjuntura e com o tempo do acontecimento.

Há duas dimensões, incindíveis, no processo de identificação. Numa, trata-se daquilo que une um grupo e dele faz um “nós” (pronome pessoal). Na outra, da “identização” – o que permite afirmar a singularidade ou a distinção de um grupo, face a outros grupos. Aliás, a dificuldade de pensar democraticamente a questão das identidades está justamente na dificuldade em lidar com esta dupla dimensão – a construção de um “nós” e a distinção desse “nós” face a um “eles” – e as derivas nela inscritas, o fechamento do grupo em si mesmo contra os outros, ou a cristalização da identidade por referência a uma essência totémica em que ninguém deveria mexer, sob pena de desafiar um interdito. As derivas existem e são muito perigosas. Mas o facto de existirem não quer dizer que devamos arredá-las das nossas reflexões e que não disponhamos de instrumentos positivos para enfrentá-las, ou transformá-las de problema em oportunidade.

Nesse duplo processo que organiza a identidade colectiva e por isso, de algum modo, uma cidadania colectiva, o caso português é muito interessante, porque a singularidade que os Portugueses se habituaram a reclamar, como a sua marca de diferença em relação aos outros, é uma singularidade fundada no contacto, ou no potencial de encontro e comunicação que pensam ter na relação com os outros. Ora, se a marca cultural que exibimos fosse a capacidade que nos seria intrínseca de contactar com os outros, então a singularidade desta nação fundar-se-ia sobre um valor universalista – ou, como recomendaria Vitorino Magalhães Godinho, universalizante.

A hipotética agilidade portuguesa na relação com a alteridade introduziria, na nossa maneira de ser e estar no mundo, elementos de travessia, de intersticialidade, de um cosmopolitismo que se faz por baixo, que se faz no rés-do-chão das coisas, de um cosmopolitismo raso. E, então, poderíamos reclamar uma singularidade que não radicasse na presença hegemónica, ao contrário do modelo norte-americano. Não seria a presença de quem queria impor aos outros um formato que pensasse que, por ter valido para si próprio, valeria automaticamente para todos os outros. Já tínhamos uma imagem disto, para muitos de nós negativa, que era a imagem transmitida ao longo de cinquenta anos de ditadura. Ela estipulava, por um lado, que este elemento de miscigenação, de comunicação plebeia e transversal, só fazia sentido numa sociedade *sossegada*, quieta e resignada com a sua pobreza e com a sua periferia; e, por outro lado, que tal sociedade só ganhava valor quando se contrapunha à desvalia, ainda

mais grave, dos nossos colonizados. Em certo sentido, o que Portugal tem feito, desde os dois momentos fundadores da sua modernidade política que são a democracia, na sequência do processo revolucionário de 1974-76, e a integração na então chamada Comunidade Económica Europeia, em 1986, é tentar encontrar um valor positivo para esta imagem de singularidade, é encontrar um valor positivo que permita, ao mesmo tempo, dizer que há um processo que nos envolve a todos, e é, passe o neologismo, desperiferizar Portugal, des-subalternizar Portugal, aproximar ou integrar Portugal no centro, afirmando a pluralidade de centros que hoje constitui, ou deve constituir, o sistema mundial fundado sobre os direitos humanos, e fazer, por outro lado um uso positivo e pós-imperial da nossa mobilidade, da capacidade de mobilidade inscrita na nossa experiência histórica de emigração, no largo alcance da nossa língua de cultura e comunicação, na forma específica que assumiu a nossa história de encontros, com efeitos recíprocos, de que a nação brasileira é o exemplo mais lapidar.

É neste quadro de destaque da carga positiva inscrita na singularização da cultura portuguesa como “forma de fronteira” (Boaventura de Sousa Santos), que ganha sentido a ideia universalista, a ideia de comunicação transversal. E é este desafio que constitui o horizonte para pensarmos coisas tão importantes nos dias de hoje, entre nós, nomeadamente no sistema educativo, portanto, na socialização das nossas crianças e adolescentes, coisas tão importantes como fomentar o conhecimento e o amor aos símbolos nacionais, como facilitar e promover o desenvolvimento das capacidades de literacia e de uso quer comunicacional, quer cultural e criativo, da nossa língua comum.

E temos, em tal esforço, uma linhagem cultural a capitalizar: aqueles que procuraram, desde a revolução liberal, refundar uma nação ancorada numa sociedade livre, e já não numa sociedade arcaica, fechada e autoritária. Estou a referir-me à corrente que vai de Almeida Garrett e, a seu modo, Alexandre Herculano, até à Geração de 70 e, em particular, a Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, aos fundadores da etnografia portuguesa; e inclui, no século XX, autores como o geógrafo Orlando Ribeiro e os historiadores Vitorino Magalhães Godinho e José Mattoso. E não pretendo esquecer a apostila de Cláudio Torres, combinando a investigação arqueológica, o desenvolvimento comunitário e a valorização local, inventando novas centralidades nas periferias, encontrando na Mértola periférica uma centralidade ins-

crita no modo como Mértola espelha em si mesma a presença muçulmana na formação de Portugal. Lembro, abreviadamente, esta linhagem cultural para sustentar a minha tese: uma educação para a cidadania atenta aos desafios da sociedade actual não pode deixar de incluir, nos currículos e nas actividades do nosso sistema de ensino, os vários tempos e formas pelas quais os Portugueses foram pensando a sua situação e o seu projecto.

Passemos, agora, ao segundo plano, o plano da relação entre a comunidade social e cultural e a unidade política do Estado.

Um mestre que já citei, José Mattoso, mostrou quão singular e complexo é o processo de formação da nação portuguesa e quanto foi comandado a partir do Estado. E, no entanto, tem sido mais fácil aos Portugueses reconhecerem-se como membros de uma mesma comunidade cultural do que como membros de uma comunidade política. Há factores objectivos que contribuem para isto: a grande profundidade histórica do Estado-Nação; o facto de, apesar de haver, evidentemente, diversidade cultural, não haver diversidade linguística relevante; os razoáveis níveis de coesão social, comparativamente com o que sucede numa parte considerável das sociedades modernas, quer desenvolvidas, quer não desenvolvidas; a marca da religiosidade popular; etc. Estes e outros factores fazem com que seja muito mais fácil aos Portugueses entenderem-se a si mesmos como pertencendo a uma mesma comunidade social e cultural do que entenderem-se a si mesmos como uma comunidade política, ou, dito de forma mais radical e mais breve, entenderem que o Estado é uma forma de organização da sociedade e *não* um elemento *exterior* à sociedade.

Os Portugueses manipulam muitíssimo bem o Estado, como sabe qualquer pessoa que tenha a experiência de gestão do sistema de segurança social, ou conheça a fiscalidade, ou esteja atenta à relação entre as populações e as instituições estatais com as quais habitualmente lidam, sejam elas do sistema de saúde, sejam do sistema educativo: manipulação táctica de oportunidades, desconfiança visceral face a tudo o que represente norma impessoal e abstracta ditada por uma organização política. Temos um défice de interiorização do Estado como organização política: o *nós* que construímos também no plano cultural não é um *nós* que aceitemos no plano político. Como percebe qualquer pessoa que use os transportes públicos e ouça as conversas: o problema é sempre “eles”, nunca “nós”. O problema da violência escolar, o problema da sustentação

do Estado-Providência, o problema do pagamento dos impostos, não é um problema nosso, é um problema “dele”, dele Estado.

Como explicar este sentimento? Talvez tenha a ver com o facto de ter sido historicamente complexo, em Portugal, o encontro entre um Estado moldado em formas autoritárias e clientelares (e não estou a referir-me apenas ao Estado Novo, também estou a referir-me ao século XIX e à Primeira República) e a construção, frágil e tardia, de um Estado-Providência – uma construção que foi e é, contudo, o desafio nuclear da consolidação da nossa democracia política, na sequência da revolução democrática de 1974.

A minha tese é que ainda não superámos este dilema; e que, para fazê-lo, precisamos justamente de muito trabalho no domínio da educação para a cidadania, e por referência ao seu mais nobre objectivo, que é facilitar a cada um o seu processo de desenvolvimento pessoal, como sujeito, dotado de autonomia e responsável pelas suas *escolhas*, ao mesmo tempo que integrado num espaço institucional comum, que é a sua *polis*.

Visto que estamos a discutir ideias, terminaria dizendo apenas quais me parecem ser os princípios mais relevantes para esse esforço de promoção, em sede de educação para a cidadania, das condições que facilitem a cada um de nós a formação desta qualidade de sujeitos autónomos e emancipados, participantes de uma república comum.

O princípio dos direitos, que, ao contrário do que às vezes dizemos, não está plenamente adquirido em Portugal e, designadamente, o entendimento da vinculação recíproca entre direitos e responsabilidades: não há deveres sem direitos e não há direitos sem responsabilidades. Deveres infundados em direitos são apenas privações. Direitos dissociados de responsabilidades são apenas regalias de uns, conseguidas à custa de outros. O que, entre outras coisas, implica esta noção essencial: a necessidade da partilha solidária, – entre géneros, classes e gerações, quer dos riscos, quer das oportunidades e das vantagens.

O princípio da participação, esse princípio republicano por excelência, como participação pública, pública querendo dizer dirigida por um interesse comum e não secreta. O cidadão participante recusa-se a aceitar a velha lógica dos arcanos do império, dos domínios reservados e ocultos do poder, e contrapõe-lhe a lógica da igualdade política e da soberania popular. Ora, para participar, é preciso conhecer. O conhecimento das instituições políticas democráticas que garantem condições activas de enquadramento e organização da nossa participação, é uma condição *sine*

*qua non* da educação cívica. Não há participação republicana se os cidadãos não conhecerem como funcionam as instituições que concretizam a participação.

O princípio da iniciativa é o oposto da atitude de espera. Na perspectiva desta, eu identifico uma necessidade e, em consequência, exprimo uma reclamação e, em consequência, espero que ela seja atendida; não chego, pois, a agir. E é para poder agir e valorizar a acção que precisamos de introduzir, no coração da educação para a cidadania, um princípio, uma lógica de iniciativa. Ser cidadão é participar activamente, colocando recursos, opções, projectos, na enunciação das questões públicas relevantes, na argumentação sobre as escolhas alternativas e na construção prática das soluções. A solução democrática não é Godot.

Mas, para haver capacidade e oportunidade de acção, é preciso haver integração. Integração ou inserção, numa rede social e cívica, cujos nós mais importantes são o trabalho, a expressão, a associação, a sociabilidade. Falamos, muitas vezes, a este propósito, de afiliação. E esse princípio de afiliação é que permite vincular os meus direitos, a minha responsabilidade, a minha iniciativa de cidadão e o modo como se organiza a comunidade social a que eu pertenço. Aquilo a que os Franceses gostam de chamar *lien civique*, o laço cívico, o elo nacional. O que liga o Eu ao Nós, em democracias socialmente avançadas.

E qual é a vantagem de falarmos em termos de elo ou laço? Pois é justamente falarmos não em termos de uma “essência” nacional que teríamos herdado, que não poderíamos contestar e que nos competiria unicamente preservar e transmitir aos vindouros mas sim numa lógica da relação, da relação democrática entre politicamente iguais, para um interesse público e comum. Nós construímos pela relação, e relação quer dizer poder, na dupla dimensão de capacitação e de dominação, e quer dizer comunicação, comércio pacífico de argumentos e orientações.

Como terá ficado claro, não é fácil a abordagem cruzada dos termos da identidade, da cidadania e da educação, tal a sua complexidade. Mas estaremos tanto mais habilitados para lidar com a complexidade quanto, sem descurá-la, soubermos partir de princípios simples e convicções fortes.

Foi o que procurei aqui fazer, sugerindo duas teses, a partir da perspectiva da educação para a cidadania.

A primeira é que não é possível equacionar a cidadania democrática, num Estado-Nação, sem articulá-la com a identidade colectiva, historicamente

construída e transformada. Mas a identidade não é uma herança uniforme e inalterável, a identidade é um compósito plural e dinâmico de grupos, condições, sentimentos, narrativas e projectos.

A segunda tese é que não é possível sustentar a cidadania democrática se não avançar a vinculação recíproca entre a comunidade sociocultural dos sujeitos e a organização política do Estado que os representa. Mas o Estado não é uma entidade anterior ou exterior às pessoas, enquanto seres humanos titulares de direitos e responsabilidades e comprometidos com a sua pôlis, o Estado resulta das relações políticas e sociais entre as pessoas, dependendo a sua democraticidade e eficácia da qualidade e intensidade dessas relações.

Supor que a identidade é uma essência primordial a transmitir e que o Estado é uma totalidade imposta, é o caminho mais fácil para tornar a educação cívica numa variante da socialização vertical e autoritária. Pensar que a identidade é um património dinâmico a trabalhar e que o Estado é a unidade política construída pela relação dos cidadãos, é um ponto de partida prometedor para desenvolver uma educação, ela própria democrática, para uma cidadania que só assume pleno sentido se for, passe a redundância, democrática.